

Reflexões sobre prática de avaliação e currículo no Brasil e na Bahia: uma revisão narrativa

Reflections on assessment practice and curriculum in Brazil and in Bahia: a narrative review

Ian Lima Santana¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Vitória da Conquista, BA, 45037-402, Brasil

Nilma Margarida de Castro Crusoé²

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Vitória da Conquista, BA, 45031-900, Brasil

Resumo: Este trabalho tem como objetivo evidenciar, por meio de uma revisão narrativa, as possíveis relações entre as avaliações externas e o currículo escolar, com ênfase na dimensão da prática avaliativa. Para isso, foram selecionados artigos revisados por pares disponíveis na plataforma *SciELO*, utilizando as seguintes palavras-chave: “avaliações externas”, “avaliação em larga escala” e “avaliação externa e currículo”. A busca pelo termo “prática de avaliação” não resultou em estudos alinhados ao foco desta pesquisa. A partir dos descritores definidos, foram identificados 11 artigos publicados entre 2013 e 2020. Realizou-se, então, a análise desses estudos à luz de questionamentos relacionados ao currículo e às avaliações externas no contexto brasileiro e ao cenário da Bahia. Por fim, apresentam-se reflexões acerca das interações entre essas duas dimensões, com base nos trabalhos selecionados.

Palavras-chave: Prática de avaliação; avaliações externas; avaliações em larga escala; currículo.

Abstract: This work aims to highlight, through a narrative review, the possible relationships between external assessments and the school curriculum, with an emphasis on the dimension of assessment practice. To this

¹ Licenciado em Física pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB e em Matemática pelo Centro Brasileiro de Tecnologia Avançada - UniBTA. Especialista em Ensino de Ciências pela Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI e especialista em Ciências da Natureza, suas tecnologias e o Mundo do Trabalho. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela UESB (PPGE-UESB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2926-0792>. E-mail: ianlimasantana@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2010), com Estágio Doutoral na Universidade de Coimbra-PT. Professora Plena da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB, do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação (PPGE/Uesb); e do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Práticas Curriculares e Educativas (GEPPCE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0610-8237>. E-mail: nilcrusoee@gmail.com.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

end, peer-reviewed articles available on the SciELO platform were selected using the following keywords: "external assessments," "large-scale assessment," and "external assessment and curriculum." A search for the term "assessment practice" did not yield studies aligned with the focus of this research. Based on the defined descriptors, 11 articles published between 2013 and 2020 were identified. These studies were then analyzed in light of questions related to the curriculum and external assessments in the Brazilian context and the scenario in Bahia. Finally, reflections on the interactions between these two dimensions are presented, based on the selected works.

Keywords: Assessment practice; external assessments; large-scale assessments; curriculum.

1. Introdução

A educação básica e, em especial, o ensino médio brasileiro enfrentam desafios estruturais que impactam diretamente a aprendizagem. Diante disso, as avaliações externas³ da Educação Básica, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Sistema de Avaliação Baiano de Educação (SABE) que são frequentemente denominadas também como avaliações em larga escala, surgiram para dar direcionamentos para a solução de alguns problemas. Tais avaliações se consolidaram de maneira expressiva no Brasil ao longo das últimas décadas, tornando-se um elemento estruturante das políticas educacionais. Sua abrangência é considerável, dado que são aplicadas em todo o território nacional, mobilizando diferentes níveis do sistema de ensino.

No entanto, apesar dessa amplitude geográfica e numérica, seu escopo de aferição permaneceu restrito a áreas específicas, sobretudo Língua Portuguesa e Matemática até meados de 2023⁴, na qual houve uma ampliação para as áreas de Ciências da Natureza e Ciências humanas e que permaneceu para o ano de 2025. Essa limitação contrasta com a complexidade e diversidade do currículo escolar, reduzindo a percepção do que seja “qualidade educacional” a um conjunto reduzido de competências.

O impacto dessas avaliações sobre o sistema de ensino brasileiro é profundo. Seus resultados não apenas influenciam diretamente as práticas pedagógicas de professores, mas também afetam

³ No contexto deste artigo, entende-se as avaliações externas e avaliações em larga escala como sinônimos, que são realizadas por uma instituição externa à escola, como as Secretarias de Educação, Núcleos Territoriais de Educação, Ministério da Educação, entre outras instituições.

⁴ Acesso ao disposto em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao/saeb>. Acesso em 08 dez. 2025.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

parâmetros estruturantes, como a organização curricular, que passa a ser alvo de constantes reformulações para atender às demandas dessas provas (ARROYO, 1999). Considerando que o currículo segue uma hierarquia normativa que parte do eixo federal — representado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) —, passa pelo eixo estadual, por meio das Secretarias Estaduais de Educação em seus Documentos Curriculares Referenciais (DCRs), e chega ao eixo municipal, percebe-se que, mesmo com um currículo prescrito minuciosamente elaborado, sua aplicação integral em sala de aula é inviável. Isso se deve à diversidade de contextos e realidades vivenciadas em cada escola e em cada turma, que exigem adaptações constantes.

As avaliações externas, contudo, não medem o currículo real, isto é, aquele efetivamente vivenciado na prática pedagógica do professor em sala de aula, mas sim o currículo prescrito (CUNHA, 2016). Mais grave ainda, muitos conteúdos cobrados nestas avaliações sequer constam nesses documentos prescritos, configurando um desalinhamento preocupante (CUNHA, 2016). Essa discrepância leva, inevitavelmente, à adaptação do ensino para priorizar o que será avaliado, promovendo um afunilamento entre o currículo prescrito e o currículo real, que, como consequência, resulta em distorção, empobrecimento e afunilamento curricular (FERNANDES, 2014; 2019).

Ao restringirem o foco de aferição a áreas específicas, como Língua Portuguesa e Matemática, e ao influenciarem diretamente a organização curricular, essas avaliações acabam por induzir uma homogeneização do ensino e um estreitamento do currículo escolar. Isso não quer dizer que ao inserir outras áreas nas avaliações os problemas estarão resolvidos, mas, todavia, um dos grandes problemas na verdade é a absolutização da avaliação na dimensão dos resultados, invisibilizando as dimensões de contexto, insumos e processos. Essa realidade não apenas compromete a diversidade e a integralidade previstas no currículo prescrito, mas também fragiliza a autonomia docente e desconsidera as particularidades contextuais de cada sala de aula.

Diante desse cenário, torna-se fundamental promover uma reflexão crítica sobre a relação entre práticas de avaliação e currículo, especialmente à luz dos impactos que tais avaliações exercem sobre a qualidade e a equidade educacional. Diante disso, para a elaboração deste trabalho, foi escolhido fazer uma revisão narrativa pois é um formato de revisão que reúne, analisa e comenta a produção existente sobre determinado tema de maneira abrangente, sem recorrer a procedimentos



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e267616, 2026. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267616>

estatísticos complexos, buscando oferecer uma compreensão ampla e contextualizada sobre o que já foi produzido na área.

De acordo com Rother (2007, p. 1): “Os artigos de revisão narrativa são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual”. Sendo assim, a revisão narrativa, como proposta neste trabalho, possibilitou reunir e analisar diferentes perspectivas e evidências já produzidas na literatura sobre o tema proposto, oferecendo subsídios para repensar tanto a função quanto os limites dessas avaliações no contexto brasileiro e, em particular, no baiano.

Assim, para a realização deste trabalho foi realizada uma revisão narrativa de um recorte de trabalhos selecionados, sem intenção de esgotar todas as fontes de pesquisa em que se encontra o objeto de estudo (livros, dissertações e teses, além de artigos), em que foram utilizadas palavras-chave específicas na plataforma de busca de artigos revisados por pares, a plataforma Scielo, pois se constitui como uma plataforma essencial para pesquisas de revisão porque oferece acesso aberto, qualidade editorial, representatividade regional, confiabilidade das informações e atualização contínua, garantindo acesso a um conjunto robusto e validado de literatura científica. Diante disso, foram escolhidas as seguintes palavras-chave: Avaliações Externas, Avaliação em larga escala e Avaliação Externa e Currículo. Importante dizer que ao pesquisar o termo “Prática de Avaliação” não foram encontrados trabalhos que abordem a temática com o objetivo que se tem neste texto.

A escolha das palavras-chave se deu pelo motivo de tentar encontrar uma relação entre a Prática de Avaliação, no âmbito das Avaliações Externas, e Currículo. Nesse sentido, formulou-se as seguintes questões para tentar resolvê-las e analisar como se configura a temática de pesquisa: Quais as relações entre Currículo e Práticas de Avaliação? O currículo influencia na Prática de Avaliação do ensino médio? Como os resultados das Avaliações Externas podem influenciar no currículo do ensino médio? Quais os impactos das Avaliações Externas sobre o Currículo Escolar do Ensino Médio?

Na busca realizada na plataforma foram encontrados 11 artigos que compreendem o período de 2013 a 2020. A seguir, na próxima seção, será abordada uma descrição e análise de cada trabalho pesquisado e, sempre que possível, apontando alguns possíveis direcionamentos que se possam parecer promissores para a proposta de pesquisa e as questões formuladas.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e267616, 2026. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267616>

A título de justificar a escrita deste artigo tal como será apresentado, é devido ao fato de que é importante e necessário entender como se configura a Prática de Avaliação externa e suas relações com Currículo. Neste sentido, ao falar em Prática de Avaliação no meio educacional, é importante que a discussão esteja voltada para como o sistema de ensino vem sendo monitorado ao longo do tempo. Desta forma, o monitoramento do ensino perante a Prática de Avaliação se pauta prioritariamente nas avaliações externas, isto é, avaliações realizadas em larga escala.

Além disso, as avaliações externas deixaram, ao longo do tempo, de exercer apenas uma função regulatória e passaram a assumir papel estruturante nas políticas educacionais, influenciando currículos, gestão escolar e práticas docentes. Para Freitas (2012), esses exames moldam o cotidiano das escolas ao definirem o que deve ser priorizado no ensino. Dessa forma, as avaliações em larga escala orientam metas, distribuição de recursos e decisões pedagógicas, tornando-se centrais na organização das redes de ensino. Assim, seu alcance ultrapassa o monitoramento, impactando diretamente a própria governança educacional.

Em um cenário como esse, compreender e problematizar os impactos das avaliações externas torna-se fundamental não apenas para repensar a função dessas ferramentas na melhoria da educação, mas também para evitar que elas se tornem instrumentos de homogeneização e redução da riqueza formativa que a escola pode oferecer para os seus alunos.

A relevância deste estudo reside no fato de que as avaliações externas, apesar de apresentarem-se como instrumentos de diagnóstico e orientação de políticas públicas, têm desempenhado, na prática, um papel regulador e normativo sobre o currículo e sobre as práticas pedagógicas. Este trabalho busca contribuir para o debate acadêmico e para a formulação de políticas educacionais mais coerentes, capazes de articular avaliação e currículo de forma equilibrada, preservando a riqueza formativa e respeitando a pluralidade de contextos escolares.

2. Análise do material de pesquisa

No trabalho intitulado “*Avaliações externas e qualidade na educação básica: articulações e tendências*”, os autores Alavarse, Bravo e Machado (2013) alertam que a qualidade da educação tem



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e267616, 2026. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267616>

sido, constantemente, pauta de diversos segmentos e grupos sociais e que há uma preocupação com a análise da qualidade da educação e das políticas públicas vigentes. Nesse sentido, os autores desenvolveram um estudo investigativo sobre a implementação de sistemas de avaliação em quatro municípios paulistas como uma forte tendência de política educacional que visa potencializar a qualidade da educação.

Como forma de ampliar a discussão para o que diz respeito dos indicadores educacionais, Alavarse, Bravo e Machado (2013, p. 15), reforçam a função do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) ao afirmar que “[...] o Ideb combina os resultados de desempenho nas provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) com taxas de aprovação de cada uma das unidades – escolas e redes – para as quais é calculado. Todo esse processo é de responsabilidade do Inep”.

Pode-se notar, em tal recorte, a presença da *accountability*, uma forma de tomadas de decisões e política educacional, quando aborda a responsabilização (como prestação de contas e transparência) do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) no processo de tratamento dos resultados das avaliações em larga escala. Os autores abordam que existe uma forte influência entre a existência da avaliação externa e o crescimento dos indicadores do Ideb, isso no que diz respeito a um próprio sistema de avaliação municipal. Nesse sentido, torna-se válido dizer que, se um determinado município realiza suas próprias avaliações externas, além das realizadas pelo estado, fica mais factível a realização de mudanças curriculares a fim de obter incrementos e melhorias educacionais a partir da articulação temporal entre avaliação e planejamento.

Alavarse, Bravo e Machado (2013) abordam a influência que movimentos educacionais internacionais deram ao cenário educacional brasileiro em meados de 1980, assim: “a educação básica brasileira passa a ser objeto de avaliações externas, inicialmente apresentadas como necessárias para o monitoramento do desempenho de seus estudantes em provas padronizadas, passíveis de permitir comparações entre redes e escolas” (ALAVARSE; BRAVO; MACHADO, 2013, p. 16).

O texto evidencia que as avaliações externas influenciam o currículo ao definirem matrizes que especificam os objetos de avaliação, fazendo com que o currículo prescrito seja alterado para



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e267616, 2026. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267616>

atender ao que é cobrado. Assim, ele deixa de ser um objeto político-cultural e passa a servir à aferição do que “se aprenderia” em sala de aula, desconsiderando o que realmente se aprende. Esse ponto de vista não pretende dizer que as avaliações externas é um mal para a educação brasileira, muito pelo contrário, é abordar, mesmo que minimamente, que elas são consistentes formas de responsabilização e de grande importância e que a forma com que muitas são realizadas nem sempre corresponde com o que é realmente vivenciado ou realizado no interior da escola e que a reação/atitude das escolas diante dos resultados muitas vezes não é tão de acordo com o que se pretende melhorar. Pretendendo-se ainda, a mostrar que as avaliações externas são potenciais para corroborar para uma responsabilização e melhor organização do trabalho pedagógico (ALAVARSE; BRAVO; MACHADO, 2013). Nesse processo, ocorre um silenciamento do currículo, configurando um campo de disputa pedagógica, em consonância com Silva (2010), ao afirmar que o currículo define tanto o que se ensina quanto o que se silencia.

A presença do currículo na discussão de Alavarse, Bravo e Machado (2013) é vista no trecho a seguir ao dizerem que:

A concepção de avaliação como um processo amplo de subsídio para tomada de decisões no âmbito dos sistemas de ensino é recente no Brasil, e deve ser entendida como um processo que visa contemplar competências e habilidades, o próprio currículo, os hábitos de estudo dos alunos, as estratégias de ensino dos professores, o tipo de gestão dos diretores e os recursos a eles oferecidos para melhor realizar seu trabalho (ALAVARSE; BRAVO; MACHADO, 2013, p. 24 - 25).

Dessa forma, apesar do lapso temporal e dos desafios entorno das avaliações em larga escala, é válido pontuar que as avaliações externas influenciam - fazendo um uso irônico do termo larga escala - em larga escala no trabalho pedagógico para além de uma responsabilização educacional, e também, é um processo necessário para acompanhar e desenvolver metas quantitativas e qualitativas.

O trabalho “*Quando o foco passa a ser o resultado na avaliação externa em larga escala: evidências de uma rede*”, Almeida (2020) se dirige a política de avaliação como uma dimensão gerencial da educação na qual o Saeb é o responsável pelo diagnóstico da Educação Brasileira e dos fatores que podem interferir no desempenho do estudante, e primariamente no currículo.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e267616, 2026. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267616>

A autora chama atenção ao fato de que as avaliações externas, os resultados, aparentemente, induzem e até mesmo conformam as prioridades que escolas e redes devem assumir como foco. Assim, é visível que as avaliações externas impactam os currículos escolares e não somente isso, uma rede de ensino como um todo, pois vislumbra seguir no melhoramento de pontos que foram baixos em avaliações anteriores, fazendo com que o currículo sofra uma modificação tal que possa atingir níveis maiores nas avaliações em larga escala, ou seja, uma prática de avaliação centrada somente nos resultados.

O que pode ser visto, conforme Almeida (2020) destaca, é que se constitui um ciclo que gira em torno da avaliação, o que permite que seja formada uma centralidade um tanto perigosa dentro das práticas educacionais e pedagógicas que podem ser adotadas pela rotina escolar e das redes de ensino. A isso, a autora diz que:

Ainda que importante em termos de disputa política por delineamento, esse ciclo que se inicia e termina na avaliação foi instaurado de tal forma que mesmo discursos bem-intencionados sobre o objetivo da educação dentro de uma rede de ensino, os quais anunciam a formação mais ampla dos sujeitos, acabam cooptados pelo foco nos resultados das avaliações externas em larga escala. Lógica que, com a implementação da BNCC, tende a se intensificar e fortalecer (ALMEIDA, 2020, p. 4).

É importante salientar que, apesar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ser um documento norteador de inúmeras intencionalidades pedagógicas, ela pode ser, ao mesmo tempo, um intensificador da prática de avaliação no âmbito das avaliações externas em larga escala que, conforme Almeida (2020, p. 6) “Consolidadas tanto no contexto internacional quanto no nacional, as avaliações externas em larga escala, com testes padronizados, surgiram pela busca de formas sistêmicas de medir a aprendizagem e o funcionamento dos sistemas escolares”. Diante disso surge uma outra pergunta: é possível medir a aprendizagem?

Almeida (2020, p. 6) levanta um olhar profundo no âmbito dos resultados das avaliações externas ao dizer que “Importante instrumento de gestão, os resultados da avaliação externa em larga escala e a divulgação dos índices podem tanto ser utilizados de forma positiva pelo poder público e profissionais da educação nas redes e escolas, quanto usadas negativamente”.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e267616, 2026. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267616>

Dessa forma, ações a serem seguidas perante os resultados podem gerar práticas pedagógicas e aprendizagens defasadas no ambiente escolar em prol de meramente obter resultados “satisfatórios” nas avaliações em larga escala, de maneira que “Privilegia-se a matriz da avaliação em detrimento da matriz curricular da escola, que deve abarcar outras dimensões além das medidas pelos testes” (ALMEIDA, 2020, p. 7). Nesse sentido, outros questionamentos se mostram importantes, como: Por que a priorização das áreas de Leitura e Matemática? Será a priorização do que é considerado simplesmente como “básico”? E o que é básico no ambiente pedagógico?

Tais questões são inquietantes e a literatura vem tentando resolvê-las e denunciar as falidas ações pedagógicas, em tentar fazer mudanças com base em resultados de avaliações externas e priorizam uma estrutura curricular restrita que pouco diz sobre o que realmente é importante para uma verdadeira formação escolar.

De acordo com Almeida (2020), uma possível rota correta a ser seguida, pelo que se pode entender, seria um tanto eficiente e bem-intencionada de atuação, em que muitas escolas alvo de suas pesquisas se organizam “focalizando a matriz de referência das avaliações e tendo como parâmetro os resultados nos testes, a rede delinea e planeja ações, as quais são adotadas e implementadas nas escolas” (ALMEIDA, 2020, p. 13). Mas além disso, essas ações pedagógicas devem focalizar também o ensino para vida, para formar cidadãos capazes de ter uma própria visão de mundo e senso crítico e não somente a política de avaliação externa.

As autoras Barbosa e Vieira (2013) no artigo “*Avaliações Externas Estaduais: possíveis implicações para o trabalho docente*” trazem subsídios para a compreensão dos impactos das avaliações externas na prática docente. As autoras chamam atenção para a prática um tanto generalizada das avaliações externas nos sistemas educacionais e que geram efeitos na organização pedagógica das escolas, algo que tem forte relação com o currículo, considerando este como uma organização do trabalho pedagógico.

Barbosa e Vieira (2013) trazem a discussão das avaliações externas num viés de responsabilização e novos modos de regulação das políticas públicas com relação direta com a *accountability*⁵. Dessa forma, as autoras afirmam que:

⁵ De acordo com as autoras, existem pesquisadores que defendem a existência de dois tipos de *accountability* na educação, os quais: “a que se limita à divulgação dos resultados dos estudantes por escolas e sistema educacional, a qual Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



O termo *accountability* tem sido frequentemente empregado como sinônimo de responsabilização ou dever de responder por algo perante outrem. No caso da educação, o termo tem sido empregado para designar a responsabilidade dos agentes públicos em responderem pelos resultados das unidades escolares perante a sociedade (BARBOSA; VIEIRA, 2013, p. 414).

Como forma de responsabilização, as avaliações externas procuram evidenciar o funcionamento dos sistemas de ensino estaduais e o nacional como forma de democratização da educação e de seus valores. Mas as autoras chamam atenção ao fato de que se limitar-se a responsabilização às avaliações externas, fatores aleatórios junto aos resultados podem ser riscos a serem suportados pelos professores.

Ainda no cerne da *accountability*, outro termo que Barbosa e Oliveira (2013) atrela a discussão das avaliações externas é a *regulação* que, segundo elas, as avaliações em larga escala e seus resultados atuam como uma regulação educacional, uma ação que orienta as atividades e atuações dos diferentes atores que compõem o ambiente escolar. Analisando essa abordagem, as dimensões escolares que mais sofrem com a regulação, de forma direta, são o currículo e as práticas docentes, que tendem a buscar atingir os níveis desejados das avaliações, de forma a adentrar mais especificamente nos conteúdos cobrados nas provas aplicadas.

A autora Bauer (2020), no trabalho “*“Novas” relações entre currículo e avaliação? Recolocando e redirecionando o debate*” discute as relações que se estabelece entre avaliações externas e currículo e como o foco nos resultados têm induzido práticas pedagógicas diferenciadas no contexto educacional brasileiro, o que muitas vezes pode gerar uma indução forçada de um reducionismo curricular.

Além disso, Bauer (2020) chama atenção ao fato de ser feita, muitas vezes, adequação do currículo escolar perante os conteúdos que são cobrados nas avaliações externas, em que, ao invés de avaliar o que se tem no currículo, passa a avaliar o currículo com o que não se tem e daí surgindo a necessidade de adaptar o currículo para ensinar o que é cobrado nas avaliações. Essa descrição é muito semelhante com o que vem acontecendo com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

chamam de “*accountability* fraca” e a que atrela prêmios e punições a resultados de avaliações padronizadas, que chamam de “*accountability* forte” (BARBOSA; VIEIRA, 2013, p. 417).



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e267616, 2026. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267616>

na qual passará a integrar a política nacional de avaliação a partir de 2026, em que as escolas passam a modificar os currículos para o que é cobrado no ENEM e sendo que este deveria avaliar de acordo com o que tem de conteúdos nos currículos das escolas públicas.

O trabalho “*Avaliações externas: tensões e desafios para a gestão escolar*” de Carvalho, Oliveira e Lima (2014), aborda as avaliações externas como dimensão de política de avaliação e responsabilização, que tem relação com as demandas da gestão escolar quando se trata de agir perante as estratégias impostas pelos resultados das avaliações externas. Além disso, e nada tão diferente dos demais títulos analisados até aqui, o artigo reforça o fato do Ideb ter contribuído para a expansão das políticas de avaliações em larga escala. Ademais, as autoras trazem um olhar mais intenso perante tais avaliações ao pontuar que:

[...] o MEC pôde estabelecer uma forma branda de *accountability*, na qual estados e municípios passaram a monitorar a qualidade do ensino, prestar informações sobre os resultados de desempenho e intermediar apoio técnico e financeiro para as escolas que apresentam piores resultados” (CARVALHO; OLIVEIRA; LIMA, 2014, p. 55).

Dessa forma, pode-se perceber que de fato, perante a abordagem das autoras, há uma política de responsabilização⁶ a partir dos resultados das avaliações externas, que mexem com toda a estrutura escolar, desde a organização do calendário escolar até as atuações dos professores em sala de aula de acordo com os conteúdos que “precisam” aplicar em prol do que é cobrado nas avaliações com o objetivo de obter melhores resultados.

No que tange aos impactos mais intensos das avaliações externas no trabalho pedagógico, mais precisamente no currículo escolar, o artigo “*Implicações das avaliações externas para o trabalho docente coletivo*” de Cunha, Barbosa e Fernandes (2015), descrevem que os resultados das avaliações externas afetam os planejamentos e encaminhamentos presentes no trabalho escolar e no currículo e, mais uma vez, como os trabalhos analisados anteriormente, ressalta que há nas escolas

⁶ As autoras deixam claro que: “As chamadas “políticas de responsabilização” adotadas em alguns sistemas educacionais estaduais ou municipais comumente oferecem um bônus ou prêmio para aquelas escolas que atingirem as metas estabelecidas para suas unidades de ensino a cada divulgação do Ideb” (CARVALHO; OLIVEIRA; LIMA, 2014, p. 55).



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e267616, 2026. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267616>

uma preocupação com as metas e os índices exigidos pelas avaliações externas que sobrepõe a proposta pedagógica das instituições de ensino básico. Nessa perspectiva:

Disso decorre que o trabalho docente coletivo, potencialmente pensado como instância de revisão da prática pedagógica e formação docente, passa a ser configurado segundo a lógica da adaptabilidade e da regulação, sendo que as avaliações, constituintes da totalidade escolar, ficam reduzidas à discussão sobre a adequação do currículo ao que é prescrito e cobrado nos testes padronizados, contrariando a lógica do processo educativo (CUNHA; BARBOSA; FERNANDES, 2015, p. 390).

Diante disso, as questões de pesquisa a seguir fazem valer o questionamento feito inicialmente: Como os resultados das Avaliações Externas podem influenciar no currículo do ensino médio? Quais os impactos das Avaliações Externas sobre o Currículo Escolar?, que apesar de parecidas eles diferem quanto a intencionalidade de cada uma, em que envolve todo o trabalho docente⁷, o currículo e as práticas envolvidas, que muitas vezes ficam sendo adaptados e restritos aos objetivos das avaliações em larga escala.

É interessante pontuar que a busca por resultados específicos nas avaliações externas gera uma certa “pressão” no trabalho pedagógico, visto que:

O cenário de pressão por resultados mensuráveis, de acordo com a literatura acadêmica, tem revelado que as políticas de avaliação em larga escala não conseguem captar os investimentos e as mudanças ocorridas no cotidiano escolar a partir do trabalho docente coletivo. Isso porque tais dados, que vão além do cumprimento do currículo oficial, não podem ser quantificados por mecanismos padronizados de avaliação (CUNHA; BARBOSA; FERNANDES, 2015, p. 395).

Pelo exposto na citação, as avaliações externas “avaliam” além do que é abordado em sala de aula, algo bem perceptível perante as exposições anteriores. Com tais avaliações fazendo cobrança de resultados consideráveis, o currículo real acaba sendo “massacrado”, uma vez que este

⁷ Afirma-se então que, no trabalho docente, assim como nos casos analisados anteriormente, professores e gestores buscam atingir metas determinadas pelas Secretarias Estaduais de Educação para obter bônus salariais possíveis, ou “bônus méritos”, limitados a bons resultados em avaliações externas. Em alguns estados, essa prática é respaldada por leis complementares. Contudo, pode gerar fragmentação no corpo docente, pois, conforme Cunha, Barbosa e Fernandes (2015), leva os professores a direcionarem suas práticas aos objetivos dessas avaliações, adaptando o currículo ao que é cobrado, quando o ideal seria o inverso — que as avaliações refletem o conteúdo trabalhado em sala de aula.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

não aborda todos os conteúdos do que é posto nas avaliações em larga escala. Dessa forma, deve-se ter em mente que há uma confusão entre o currículo real/ensinado e o currículo avaliado.

O trabalho “*Avaliações Externas e Melhoria das Aprendizagens dos Alunos: Questões Críticas de uma Relação (Im)Possível*” de Fernandes (2014), ao fazer um panorama dos impactos das avaliações em larga escala em Portugal, aborda que as avaliações externas vêm desempenhando um papel persuasivo para uma melhoria nos sistemas de ensino e que se constituem como uma ferramenta teórica poderosa que fundamentam sua utilização pelos governos.

Além disso, o autor considera que as avaliações externas são como formas de responsabilização e prestação de contas e chama atenção ao fato de que os seres humanos não podem afirmar que um dado valor numérico a partir de uma avaliação descontextualizada do real escolar mede exatamente o que os alunos sabem ou conseguem fazer (FERNANDES, 2014). Apesar disso, o autor considera que as avaliações são importantes para uma resposta, uma responsabilização perante o que é abordado em sala de aula, mas que é necessária uma adaptação ao que é realmente posto em sala de aula.

Assim como no Brasil, em Portugal as avaliações externas se pautam também em áreas ditas como “mensuráveis” que são Português e Matemática. Isso é tão gritante que chega ao ponto de criar projetos “políticas públicas” específicas para os campos de leitura e cálculos. Mas se pensarmos bem, as demais áreas seguem a mesma lógica de ser “mensuráveis” em caráter de se realizar avaliação externa, mas como não são avaliadas, elas perdem importância, se esvaziam.

Do exposto anteriormente surgem perguntas fortemente inquietantes: por que são avaliadas, de forma prioritariamente, as áreas de Português e Matemática? Por que esses conhecimentos são induzidos à avaliações e outros explicitamente deixados de lado? Em que medida as avaliações externas, tal como são aplicadas no Brasil, asseguram uma educação de qualidade? E, o que é uma educação de qualidade? Essa última é ainda mais complicada de ter respostas completas e um consenso entre elas.

Fernandes (2019) em seu outro trabalho na mesma temática, com o título “*Avaliações externas e aprendizagens dos alunos: uma reflexão crítica*”, realiza uma reflexão mais crítica, sobre a relação das avaliações externas com as internas e com as aprendizagens dos alunos, do que no texto discutido anteriormente. O autor aborda que apesar dos percalços na área, as avaliações em



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e267616, 2026. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267616>

larga escala ainda continuam a desempenhar um papel “mais ou menos” significativo quando se trata das políticas públicas nos países que utilizam tal tipo de avaliação como medida da qualidade da educação, que claramente já está mais ligada a formas de regulação educacional e imposições de poder público.

Dada a exposição anterior, apesar de ter “bons” objetivos, Fernandes (2019) afirma que elas não estão isentas de problemas, algo que, com todo respeito, é obviamente claro. Nas palavras do autor: “As avaliações externas, vulgo exames ou testes que interferem na progressão acadêmica dos alunos, também não estão isentas de problemas e dificuldades de diversa natureza (técnica e tecnológica, pedagógica, política e social)” (FERNANDES, 2019, p. 78).

O autor reforça, em consonância com o trabalho anterior (FERNANDES, 2014), que um dos principais problemas das avaliações externas é o afunilamento curricular, pois os professores acabam priorizando conteúdos cobrados, como Português e Matemática, em detrimento de outras áreas. Isso gera um esvaziamento do currículo, já que, segundo o autor, apenas o que é examinado recebe valor (FERNANDES, 2019, p. 79). Ressalta ainda que tais avaliações poderiam ser mais positivas se focassem nas práticas de ensino dos professores, considerando melhor o contexto real do sistema educacional.

O artigo “*Qualidade das escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas*” de Machado e Alavarse (2014), evidencia as potencialidades das avaliações externas como iniciativas de melhoria da qualidade da educação e busca dar indícios das tensões das avaliações no cotidiano escolar. O artigo apresenta as avaliações em larga escala como processos técnicos, políticos e ideológicos, destacando seu papel na manutenção da qualidade da educação, sobretudo nas escolas públicas. Ressalta ainda seu caráter político e aponta a consequência de um estreitamento curricular, já que apenas disciplinas como Português e Matemática são avaliadas.

Menegão (2016) traz o artigo “*Os impactos da avaliação em larga escala nos currículos escolares*” que resulta de uma pesquisa de doutorado que objetivou analisar o currículo escolar em face das avaliações externas com o intuito de mapear as alterações realizadas no currículo devido às avaliações em larga escala. Nessa perspectiva, a autora aborda que a avaliação externa tem impactado a estrutura curricular e chegando ao ponto de induzir ao treinamento para os testes, comprometendo, assim, a qualidade da educação.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e267616, 2026. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267616>

De acordo com a autora, as avaliações externas têm um papel regulador, algo que está no espaço de aplicação da *accountability*, como uma política de regulação educacional. Nessa dimensão política estão inseridos os motivos para avaliar as áreas de Português e Matemática de forma prioritária, que Menegão (2016, p. 643) diz que “escolha de como e o que medir é uma decisão de dimensão política”.

O artigo “*O Ensino Médio integrado no contexto da avaliação por resultados*” de Silva e Ramos (2018), é abordado que os resultados das avaliações externas são referências para a administração das políticas educacionais, que pode pressionar o ensino a passar por mudanças e reorganizações curriculares, algo que, de acordo com as autoras, pode ampliar os problemas preexistentes na educação e influenciar fortemente a organização do trabalho pedagógico. Desta forma fica evidenciado como a centralidade das avaliações externas pode reduzir a complexidade do trabalho pedagógico a indicadores numéricos, esvaziando sua dimensão formativa. Além disso, ao orientar políticas educacionais por resultados, corre-se o risco de aprofundar desigualdades já existentes. Assim, a busca por desempenho pode se sobrepor à qualidade integral do processo educativo, comprometendo a autonomia curricular e docente.

3. Avaliações Externas e Sistemas de Avaliação em Larga Escala: Brasil e Bahia

Em 1990 as avaliações externas ganharam destaque no Brasil com a criação do Saeb⁸, um conjunto de avaliações externas aplicadas em larga escala pelo Inep que tem o objetivo de dar um diagnóstico sobre a educação brasileira e de possíveis fatores que possam intervir no desempenho dos alunos. O Saeb, desde 1990, é aplicado a cada dois anos na rede pública por meio de questionários contextuais e testes padronizados, e em uma amostra da rede privada, com o objetivo de refletir os níveis de aprendizagens dos estudantes avaliados e permite que estados e municípios avaliem a qualidade da educação oferecida e elaborem planos e políticas públicas educacionais com

⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 01 ago 2022.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e267616, 2026. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267616>

base em evidências. As médias dos estudantes avaliados, juntamente com as taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar, passam a fazer parte do Censo Escolar⁹ e a compor o Ideb¹⁰.

Além do Saeb como um sistema de aplicação de avaliações externas nacionais, existem as avaliações externas estaduais, realizadas pelas Secretarias de Educação e pelos Núcleos Territoriais de Educação que fazem parte de um sistema estadual de avaliação externa, que é o caso do Sistema de Avaliação Baiano da Educação (SABE), na Bahia. O SABE foi lançado em 2007, e é realizado em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF)¹¹ (que é um centro especializado no mercado de avaliação externa da educação) que conta com dois projetos de avaliação: a Avaliação Externa do Ensino Médio e a Avaliação Externa da Alfabetização.

O SABE trata-se de uma política pública de avaliação implementada pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, é uma plataforma que busca apoiar professores e gestores educacionais na verificação da aprendizagem das crianças e dos jovens da rede estadual da Bahia. Trata-se, então, de uma avaliação e monitoramento da educação da Bahia no âmbito dos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática a serem aplicados aos estudantes do 2º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, atualmente, desde 2019.

O SABE dispõe de ferramentas e recursos que constituem um mapa que tem o objetivo de orientar o percurso necessário para a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Nesse sentido, o SABE tem o objetivo de disponibilizar, à comunidade escolar, indícios do processo de ensino-aprendizagem desenvolvido nas escolas da rede pública da Bahia. A partir dessa “transparência” educacional, tais informações são significativas para o diagnóstico da qualidade e da isonomia da educação baiana, que oferecem contribuições para que sejam possíveis formulação, reformulação e, principalmente, o monitoramento das políticas públicas estaduais vigentes.

Entretanto, a divulgação dos resultados não é realizada em larga escala, apenas sendo disponibilizados no portal de avaliação apenas às redes de ensino. Nesse sentido, a metodologia de

⁹ Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 01 ago. 2022.

¹⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 01 ago. 2022.

¹¹ Disponível em: <https://institucional.caeddigital.net/index.html>. Acesso em: 28 març. 2022.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e267616, 2026. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267616>

avaliação e orientações sobre o uso dos resultados são divulgadas em formato de revistas, sendo elas: a Revista do Professor (Português e Matemática) - destinada a professores das áreas do conhecimento e etapas de escolaridade avaliadas, bem como as equipes pedagógicas da escola -; a Revista do Gestor Escolar - destinada a equipe gestora de cada escola - e a Revista do Sistema de Avaliação - destinada aos gestores da rede e das instâncias regionais.

Também é oferecido pelo SABE um conjunto de ferramentas e recursos que dão suporte à rede educacional da Bahia, às escolas e aos estudantes, desde a aplicação dos testes até a devolutiva e apropriação dos resultados. Os resultados evidenciados pela plataforma a partir das avaliações em conjunto com os recursos de orientações pedagógicas, currículo e habilidades e guia de avaliações, buscam contribuir para a elaboração de um diagnóstico mais preciso sobre o processo de ensino-aprendizagem e para a reelaboração de práticas mais alinhadas às dificuldades de aprendizagem de cada estudante em Português e Matemática. Pode-se perceber neste ponto que há uma relação com o currículo, com o intuito de fazer modificações a fim de atender aos objetivos e resultados esperados nas avaliações do SABE. Nessa perspectiva, é importante notar também que as áreas de Ciências da Natureza e Ciências Humanas ficam aquém da situação, e acabam se mantendo como sempre, sem ter um diagnóstico.

De acordo com a própria plataforma SABE, os dados produzidos a partir dos processos de avaliação, constituem um verdadeiro material para a análise do cenário educacional baiano (em Português e Matemática somente), contribuindo, então, para o entendimento dos fatores que refletem na qualidade do ensino ministrado nas escolas e na aprendizagem evidenciada pelos estudantes. Dessa forma, os resultados apresentados pela plataforma de avaliação SABEM e o seu monitoramento servem de instrumento, de direcionamento enviesado em busca de resultados, para que todos os profissionais de educação da rede estadual possam rever as ações no âmbito do seu contexto de atuação, voltadas para a contínua melhoria dos resultados do aferimento do ensino-aprendizagem em cada uma das unidades escolares de responsabilidade do Estado da Bahia.

De todo modo, é válido pontuar, que uma vez que há uma avaliação externa, há, também, um retorno de como aquele tema vem sendo desenvolvido e como pode melhorar (sem que o currículo seja afetado de forma negativa e fragmentada). Nesse sentido, de fato não haveria um



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e267616, 2026. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267616>

afunilamento do currículo escolar se todas as áreas do conhecimento fossem avaliadas, e avaliadas sem interferir no currículo, e sim um possível “melhoramento” com políticas públicas direcionadas.

Perante essa discussão, Silva, Silva e Kawamura (2015, p. 2) afirmam que:

A preocupação com a avaliação da aprendizagem vem ganhando, nas últimas décadas, novos destaques, incorporando também uma atenção especial a suas especificidades, no que diz respeito ao Ensino de Ciências. São muitos os aspectos que vêm sendo considerados, desde focos, ênfases, instrumentais, etc. até estratégias para promover avaliações formativas e inclusivas no contexto de sala de aula.

Mais recentemente, juntaram-se a essas preocupações a questão das avaliações externas e a natureza de seus resultados, mobilizando diferentes pesquisas na área. De certa forma, o reconhecimento da urgência de uma formação científica, como condição para um maior desenvolvimento econômico e uma formação humana mais sólida, estimula, também, as discussões. Busca-se, por exemplo, através das avaliações externas (muitas delas comparativas), estabelecer diagnósticos que orientem políticas públicas na área da educação científica. Essas políticas, por sua vez, deveriam, elas mesmas, convergir para as ações de professores, em sala de aula, em diferentes situações e diferentes níveis.

Os autores, ao fazer uma investigação de mais de 150 trabalhos apresentados em eventos da área de Ensino de Física e Ensino de Ciências, puderam analisar que é mais recorrente conteúdos relacionados a taxonomia, fatores de influência e estatística ligadas a Física e Ciências e que não há, de forma mais explícita, uma abordagem mais pedagógica para assuntos mais básicos nas avaliações externas e que essa fraca abordagem é comumente realizada em avaliações como o ENEM. Além disso, tal abordagem de conteúdos referidos é predominante no ENEM e não em sistemas de avaliação externa, como por exemplo o SABE.

Do total de trabalhos analisados, cerca de 60 se preocupavam de fato com as avaliações externas e os demais ligados à avaliação de programas, o PISA, o Enade e outros tipos de avaliação. Dentre os trabalhos analisados, os mesmos basicamente se preocuparam em descrever sobre expressão e sinalização das políticas educacionais, análise de desempenho dos participantes e aspectos relacionados à perspectiva formativa (SILVA, SILVA, KAWAMURA, 2015). No entanto, como se pode ver, não houve a presença de trabalhos que discutem sobre o que é abordado nas avaliações externas, ou, em outras palavras, trabalhos que abordassem sobre os conteúdos e as áreas que compreendem as avaliações externas.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e267616, 2026. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267616>

Diante disso, os autores frisam que:

E neste sentido, os resultados das avaliações externas, apresentados em números, que direta ou indiretamente são utilizados a título de comparação, e/ou integram índices de desempenho dos sistemas de avaliação como o IDEB ou o IDESP, também assumem significados muito limitados, em relação aos aprendizados esperados e às competências promovidas. Mantêm-se distantes dos sentidos do ensino e aprendizagens na escola, e, conseqüentemente, pouco podem contribuir para uma efetiva melhoria do ensino. Em contrapartida, propor ações que promovam uma parceria implícita entre o professor e a avaliação externa, no âmbito do potencial de interpretação de resultados, pode diminuir este distanciamento (SILVA, SILVA, KAWAMURA, 2015, p. 8).

Dessa forma, é sempre necessário a busca por uma melhoria, *a priori*, dos mecanismos de avaliação externa para aferir o desempenho dos alunos em todas as áreas, pois só é possível uma melhoria da educação se todo o seu escopo for investigado/avaliado. Além disso, é necessário, ainda, contribuir mais para a melhoria da educação, se as avaliações externas avaliarem o que de fato é visto em sala de aula, seja por parte do professor e gestores, seja por parte dos alunos. Tudo isso, de fato, são parâmetros que poderão contribuir para que a educação seja realmente melhorada ao longo do tempo.

Atrelado a isso, autores como Silva *et al.* (2015) abordam que um fator importante que pode colaborar para uma melhoria da educação, via avaliações externas, reside no letramento científico no Ensino de Ciências, por exemplo. Isso se deve, segundo os autores, ao fato de que a alfabetização científica promove capacidades e competências que levam os estudantes a resolver situações e entender as relações existentes entre a sociedade e a Ciência, entre a ética e a política. De forma paralela a isso, cabe uma questão: como promover uma alfabetização científica a partir de resultados das avaliações externas sendo que a área de Ciências da Natureza não é avaliada? A discussão anterior está totalmente de acordo com isso, visto que não é verdade e válido que é possível promover uma educação de qualidade se somente parte do sistema educacional é avaliado e avaliado de forma fragmentada e direcionado ao afunilamento curricular.

A Ciência é tão importante quanto Português e Matemática na formação dos cidadãos e para o bom desempenho do desenvolvimento educacional, e a Ciência é, por sua vez, o meio pelo qual guia a sociedade em descobertas e avanços tecnológicos. Sendo assim, Ciências da Natureza



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e267616, 2026. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267616>

não pode ficar largada nos processos de avaliação, não pode se constituir apenas como um componente curricular obrigatório. Outra perspectiva a ser considerada é que a educação não vai melhorar efetivamente se os sistemas de avaliação focarem apenas na escrita e na matemática e as escolas não formarão cidadãos capazes de contribuir com a sociedade se não desenvolverem o verdadeiro espírito científico nos alunos. Conceição e coautores (2019, p. 3) alertam que:

Precisamos reconhecer que o domínio de português e matemática são importantes, mas não suficientes para determinar a qualidade da educação de uma escola ou rede. Sendo assim, precisa-se de mais investimentos financeiros, mais investimentos pedagógicos e mais seriedade no trato com o ensino de ciências. [...] o domínio de conhecimentos científicos são pontos fulcrais para a construção de uma sociedade moderna. Se não considerarmos isto, estaremos flertando com o fracasso como sociedade desenvolvida.

Diante disso, não basta apenas considerar Português e Matemática nas avaliações externas, pois só essas áreas não fazem o todo do processo educacional. Além disso:

[...] precisamos estar convictos de que as avaliações em larga escala tem sua importância, mas não podem servir como os elementos únicos delineadores de políticas educacionais. Se estas apontam que o aproveitamento dos alunos é muito crítico em língua portuguesa e matemática, não significa que apenas resolvendo a problemática dessas disciplinas se resolverá a problemática da educação como um todo (CONCEIÇÃO; FILHO; RIBEIRO; SOUSA, 2019, p. 6).

Conforme exposto, não é apenas “resolvendo” os problemas em Português e Matemática que os problemas da Educação estarão resolvidos, isso não é o suficiente de forma alguma, é muito além disso, pois há outras áreas que precisam ter uma atenção voltada a elas. Todavia, as secretarias precisam ter cuidado para evitar que haja um afunilamento curricular das áreas avaliadas e acabar por piorar os sistemas de ensino e seus sujeitos envolvidos no processo escolar.

4. Reflexões sobre Prática De Avaliação: Currículo e Avaliações Externas

Sobre a relação entre currículo e avaliações externas, destaca-se que tais avaliações frequentemente induzem currículos mais padronizados, centrados em habilidades mensuráveis. No



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e267616, 2026. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267616>

que diz respeito à relação entre currículo e avaliações externas, Tomaz Tadeu da Silva (2010) vê o currículo como um artefato cultural marcado por relações de poder; Alice Casimiro Lopes (2011) o entende como prática discursiva e campo de disputa, com múltiplos sentidos; e Dermeval Saviani (2011) o concebe como mediação entre conhecimento sistematizado e prática social, defendendo a escola como espaço de formação integral e emancipação.

Perante o exposto, algo a se chamar atenção, perante o que foi exposto e no que diz respeito às avaliações externas como forma de responsabilização educacional, para “medir/aferir” a qualidade da educação brasileira, com base no desenvolvimento do sistema de ensino, é que nem sempre é possível obter um verdadeiro resultado com base no currículo prescrito, que em muitos casos passa por modificações antes de chegar a sala de aula e a casos que nem chega. Nessa perspectiva, algo a se pensar também sobre a responsabilização educacional é a formação cidadã dos estudantes, se eles atingiram ou não um conhecimento pleno e pensamento crítico próprio, uma visão de mundo política e social e se atingiram um alvo específico como mercado de trabalho, negócio próprio ou ensino superior.

É importante, também, o papel das avaliações externas na ação dos professores em seus métodos e práticas educativas e de ensino, assim, as avaliações externas, baseando-se em Alavarase, Bravo e Machado (2013), deveriam, além de dar informações sobre o “desempenho” dos estudantes para gestores, ajudar professores a reverem suas práticas e métodos de ensino e contribuir com uma construção significativa de conhecimentos dos alunos. Assim, no caso dos professores, “são eles que, nos ambientes escolares, materializam a tarefa educativa” (ALAVARSE; BRAVO; MACHADO, 2013, p. 21). A essa tarefa educativa, deve se configurar como uma prática educativa dotada de sentido e intencionalidade (CRUSOÉ; MOREIRA; PINA, 2014).

Outro fato importante a ser considerado é que as avaliações externas, conforme já explicitado, se constitui como uma prática em que muitos podem ser favoráveis e muitos contrários e não há nenhum problema nisso. O ponto chave é a forma como essa prática vem sendo realizada e como seus resultados são interpretados (ALMEIDA, 2020). A isso, soma-se a importância do monitoramento do sistema de ensino público brasileiro, em prol de uma educação de qualidade, mas é importante ter em mente que não é fazendo avaliações somente nas áreas de Leitura e Matemática



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e267616, 2026. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267616>

que será possível uma melhor educação, pois existem demais áreas que completam o todo educacional que merecem também atenção para a forma como são desenvolvidas nas escolas.

Importante pensar no caso do currículo, que possui inúmeras áreas do conhecimento, além de outras dimensões pedagógicas e culturais, não apenas as que são avaliadas pelas avaliações externas, consideradas como “básicas”. Dessa forma, os impactos, indesejáveis e em certos pontos significativos para o funcionamento da educação, das avaliações externas são fortes e atingem toda a estrutura do sistema de ensino (BARBOSA; VIEIRA, 2013). Está aí uma relação praticamente indissociável da prática de avaliação externa, que carrega em si uma consequência ímpar: possíveis implicações na rotina escolar e no fazer docente.

É importante ter em discussão que a relação entre currículo e avaliações externas é tão forte que é praticamente impossível desvencilhar estes dois (BAUER, 2020), uma vez que, ao analisar os impactos e as recepções das escolas, os resultados geram um caráter indutor de novas ações sobre a organização do trabalho pedagógico, das práticas de ensino e dos conteúdos a serem ministrados em sala de aula. Soma-se a isso, a fala de Bauer (2020, p. 10) ao dizer que:

Práticas que envolvem a adequação do currículo às matrizes avaliativas têm se estendido amplamente entre os sistemas de ensino, quer por meio da elaboração de materiais estruturados ou orientações mais direcionadas sobre o que ensinar, quer pela adoção de materiais apostilados produzidos por empresas.

Dessa forma, existe, de fato, uma forte relação entre avaliações externas e currículo que mexem com toda a estrutura de um sistema de ensino. A isso, soma-se a necessidade da gestão escolar em trabalhar o seu currículo em prol de conseguir melhores resultados nas avaliações externas (CARVALHO; OLIVEIRA; LIMA, 2014). Soma-se, ainda, a busca através de pressão externa imposta por secretarias estaduais de educação, em trabalhar em sala de aula o currículo das avaliações em larga escala e não o currículo real (CUNHA; BARBOSA; FERNANDES, 2015).

Fernandes (2014) chama atenção para as relações que podem ser feitas a partir das avaliações externas e o ambiente escolar, ao nos dizer que seria ingênuo considerar que as avaliações externas são boas ou ruins, e acrescenta que:



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e267616, 2026. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267616>

[...] a utilização que delas se faz, assim como os seus propósitos e as suas relações com as avaliações internas e com o currículo, é que, em muito boa medida, poderão determinar o seu real significado e o seu real impacto, nomeadamente no que se refere à melhoria dos sistemas educativos (FERNANDES, 2014, p. 1).

Percebe-se, mais uma vez, um autor que evidencia as implicações das avaliações externas no currículo e, não somente isso, nas próprias avaliações internas de acordo com o currículo real. A isso, percebe-se ainda que tais implicações seriam para uma “melhoria” na qualidade do ensino dos professores e das aprendizagens dos alunos. Entretanto, conforme o mesmo autor, Fernandes (2019), afirma que tais avaliações mais levam a um afunilamento, estreitamento, dos objetivos reais escolares do que para melhorias, fazendo a ser posto em sala de aula o que é posto nas avaliações externas de forma desconexa com a realidade escolar (MACHADO; ALAVARSE, 2014).

As relações entre currículo e avaliações externas, vão além de uma política de regulação educacional, de prestação de contas perante os governos e a sociedade. Claro, é necessário reconhecer que no caso do currículo escolar possui conhecimentos que não são abstratos do tempo, isto é, atemporais e devem sempre passar por mudanças, e de acordo com Menegão (2016, p. 643) “[...] os conhecimentos propostos curricularmente não são atemporais e eternos; ao contrário, muitas vezes são respostas aos interesses e necessidades historicamente situados, que corporificam a reprodução das desigualdades e privilégios [...]”.

Nesse sentido, observa-se a consolidação das influências das avaliações externas sobre o currículo, que deveriam contribuir de forma significativa para o seu enriquecimento, e não orientar mudanças superficiais voltadas apenas à apresentação de números, isto último que, mesmo sendo negativo, acaba fortalecendo a discussão de “[...] currículo como campo permanente de disputas e tensões” (MENEGÃO, 2016, p. 644). Para fortalecer essa perspectiva:

Admitimos a interferência da avaliação externa em larga escala na configuração do currículo escolar, induzindo a um currículo prescrito pela matriz de referência avaliativa, currículo restrito, hierárquico e unidimensional, frontalmente em oposição a um currículo ampliado, interdisciplinar e multidimensional (MENEGÃO, 2016, p. 654).



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e267616, 2026. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267616>

Ao se tratar de currículo, é necessário entendê-lo além de um documento normativo, pois “Afinal, o currículo é a matéria-prima do processo educativo, e a forma de entendê-lo serve de orientação para eleger conteúdos, metodologia, avaliação e outros que, entrelaçados, consubstanciam a formação do estudante” (MENEGÃO, 2016, p. 644). Dessa forma, o currículo é um forte instrumento que não se pode deixar afunilar, reduzir e esvaziar em vista das implicações dos resultados das avaliações externas (SILVA; RAMOS, 2018), pois, conforme pode-se entender e verificar neste estudo, o currículo é uma dimensão de intensas disputas políticas, ideológicas e culturais (LOPES; MACEDO, 2005; MACEDO, 2006; LOPES; MACEDO, 2011).

Além das reflexões acima descritas, algo a se considerar está nas condições de cada escola, pública ou não, que, queira uns outros não, afeta diretamente no currículo de cada uma. Essa é uma dimensão que as avaliações externas não levam em consideração, pois segue um padrão rigoroso aplicado nas instituições independentemente de seu contexto real. Dessa forma, será evidenciado nos resultados das avaliações em larga escala o “nível” de aprendizagem dos alunos sem ao menos considerar se estes tiveram as devidas condições para terem uma efetiva aprendizagem, assim não se tem equidade perante as escolas. Dessa forma, as avaliações externas, como defende Fernandes (2019) podem nunca garantir que haja equidade das oportunidades de aprendizagem.

5. Considerações finais

Conforme exposto ao longo deste artigo, as discussões em torno das avaliações externas são amplas, rodeadas de parâmetros positivos e negativos perante os resultados que se possam obter com suas aplicações nos sistemas de ensino. Paralelamente, evidencia-se relações das avaliações em larga escala com o currículo, levando a um estreitamento, afunilamento, deste, em prol de trabalhar o que é cobrado em tais avaliações, que é o caso de componentes como Português e Matemática, deixando de lado os demais componentes.

Ao longo da discussão realizada, também pôde-se notar uma dimensão paradoxal das avaliações externas e currículo. De um lado há impactos das avaliações na estrutura curricular, de outro lado uma reflexão um tanto inquieta, amena e ao mesmo tempo obscura, que fica em torno da



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e267616, 2026. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267616>

questão: as avaliações externas de fato vem impactando os currículos escolares ou o que é trabalhado em sala de aula não está de acordo com o currículo escolar?

Essa perspectiva soa quase como uma espécie de “jogar a toalha” diante das discussões apresentadas. Entretanto, pode-se pensar no caso de uma escola que siga o currículo escolar fielmente, de acordo com a hierarquia regulamentada nos eixos federal, estadual e municipal, vigente em documentos como a BNCC, os DCR’s e o currículo municipal, respectivamente, e ainda assim não consegue ir de encontro com os “padrões” das avaliações externas e sofra impactos, alterações, diante dos resultados. Daí surge a dimensão paradoxal, em que o problema não está mais no currículo e sim nas avaliações externas, como corriqueiramente, que infere um estreitamento do currículo, mesmo este de acordo como deve ser.

A análise realizada evidenciou que as avaliações externas e os sistemas de avaliação em larga escala, tanto no contexto nacional quanto no Estado da Bahia, exercem uma forte influência sobre o currículo escolar, afetando a definição de conteúdo e a organização do ensino. Embora tenham como objetivo fornecer diagnósticos e indicadores de qualidade, muitas vezes acabam direcionando práticas pedagógicas de forma a restringir a amplitude curricular. No caso do Sistema de Avaliação Baiano da Educação (SABE), observam-se alinhamentos com tendências nacionais e especificidades regionais que refletem as políticas educacionais do estado.

Nesse cenário, a área de Ciências da Natureza desempenha papel fundamental, pois contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico, da compreensão de fenômenos e da tomada de decisões, competências fulcrais para a formação cidadã. No entanto, é preciso atenção para que a ênfase em resultados dessas avaliações não leve a um afunilamento do currículo, limitando-se à preparação para provas e reduzindo a diversidade de experiências de aprendizagem. Assim, a integração equilibrada entre avaliações externas e currículo exige, além de alinhamento técnico, uma visão crítica e contextualizada sobre o papel da avaliação na promoção de uma educação científica ampla e significativa.

Para fim deste trabalho, pode-se perceber que as avaliações externas não é, pelo menos ainda, uma efetiva resolução para os problemas escolares e para o provimento de políticas públicas educacionais que promovam uma total educação de qualidade, contribuindo para um ensino-aprendizagem significativo.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e267616, 2026. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267616>

Referências

ALAVARSE, Ocimar Munhoz.; BRAVO, Maria Helena.; MACHADO, Cristiane. Avaliações externas e qualidade na educação básica: articulações e tendências. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 24, n. 54, p. 12 - 31, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.18222/eae245420131900>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ALMEIDA, Luana Costa. Quando o foco passa a ser o resultado na avaliação externa em larga escala: evidências de uma rede. **Educação em Revista**, v. 36, e233713, p. 1 - 17, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698233713>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ARROYO, Miguel González. Experiências de Inovação Educativa: o currículo na prática da escola. In: Antônio Barbosa Moreira (Org.). **Currículo: Políticas e Práticas**. 5. Ed. Campinas: Papirus, 1999.

BARBOSA, Liliâne Cecília de Miranda.; VIEIRA, Livia Fraga. Avaliações Externas Estaduais: possíveis implicações para o trabalho docente, **Revista e-Curriculum**, v. 11, n. 2, p. 409 - 433, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/16615>. Acesso em: 15 abr. 2022.

BAUER, Adriana. “Novas” relações entre currículo e avaliação? Recolocando e redirecionando o debate. **Educação em Revista**, v. 36, e223884, p. 1 - 19, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698223884>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CARVALHO, Cynthia Paes de.; OLIVEIRA, Ana Cristina Prado de.; LIMA, Maria de Fátima Magalhães de. Avaliações externas: tensões e desafios para a gestão escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 25, n. 59, p. 50 - 76, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.18222/eae255920142856>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CONCEIÇÃO, Francisco das Chagas da.; FILHO, Pedro Alves Pinto.; RIBEIRO, Célio Alves.; SOUSA, Romário Carneiro de. Avaliações em larga escala e a defasagem da aprendizagem de Ciências. In: **CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA E ENSINO EM CIÊNCIAS**, 4., 2019, Campina Grande. Anais... Campina Grande: Editora Realize, 2019. p. 1 - 11. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/56609>. Acesso em: 09 nov. 2022.

CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro.; MOREIRA, Núbia Regina.; PINA, Maria Cristina D. Definições de prática educativa em diferentes perspectivas sócio-educacionais. **Linguagens, Educação e Sociedade**, ano 19, n. 31, p. 46 - 63, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/8656>. Acesso em: 17 jun. 2022.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e267616, 2026. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267616>

CUNHA, Renata Cristina Oliveira Barrichelo.; BARBOSA, Andreza.; FERNANDES, Maria José da Silva. Implicações das avaliações externas para o trabalho docente coletivo. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 26, n. 62, p. 386 - 416, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.18222/ea266203288>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CUNHA, Isabela Bilecki da. A relação entre o currículo e as avaliações externas: um estudo sobre a rede municipal de São Paulo. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 47, p. 43–58, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/25900>. Acesso em: 8 dez. 2025.

FERNANDES, Domingos. Avaliações externas e melhoria das aprendizagens dos alunos: questões críticas de uma relação (im)possível. In: **SEMINÁRIO AVALIAÇÃO EXTERNA E QUALIDADE DAS APRENDIZAGENS**, 1., 2014, Lisboa. Anais... Lisboa: CNE, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/16011>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FERNANDES, Domingos. Avaliações externas e aprendizagens dos alunos: uma reflexão crítica. **Linhas Críticas**, v. 25, p. e24579, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/24579>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012. Acesso em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PMP4Lw4BRRX4k8q9W7xKxVy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 dez. 2025.

LOPES, Alice Casimiro.; MACEDO, Elizabeth. O pensamento curricular no Brasil. In: LOPES, Alice Casimiro (Org.). **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2005.

LOPES, Alice Casimiro.; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, Elizabeth. Currículo: política, cultura e poder. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, p. 98 - 113, jul/dez, 2006. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/macedo.htm>. Acesso em 18 jun. 2022.

MACHADO, Cristiane.; ALAVARSE, Ocimar Munhoz. Qualidade das escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas. **Educação & Realidade**, v. 39, n. 2, p. 413 - 436, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/fyKb65xtFvXhMw3Hhpv9vNk/?lang=pt#>. Acesso em: 15 abr. 2022.

MENEGÃO, Rita de Cássia Silva Godoi. Os impactos da avaliação em larga escala nos currículos escolares. **Práxis Educativa**, v. 11, n. 3, p. 641 - 656, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.11i3.0007>. Acesso em 15 abr. 2022.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e267616, 2026. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267616>

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v–vi, abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTBvr/?lang=pt>. Acesso em; 08 dez. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, Katharine Ninive Pinto.; RAMOS, Marise. O Ensino Médio integrado no contexto da avaliação por resultados. **Educação & Sociedade**, v. 39, n. 144, p. 567 - 583, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018186794>. Acesso em: 15 abr. 2022.

SILVA, Fernando Augusto.; SILVA, André Santos Barros da.; KAWAMURA, Maria Regina D. Avaliações externas: pesquisas recentes e possibilidades de diálogo com professores. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS**, 10., 2015, Águas de Lindóia. Anais... Águas de Lindóia: ABRAPEC, 2015, p. 1 - 9. Disponível em: <https://www.abrapec.com/enpec/x-enpec/anais2015/resumos/R1772-1.PDF>. Acesso em: 29 set. 2022.

SILVA, Caroline Nogueira da Silva. *et al.* Impactos do Pibid no desempenho acadêmico de alunos de uma escola estadual: uma análise dos indicadores de alfabetização científica reconhecidos em avaliações externas. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS**, 10., 2015, Águas de Lindóia. Anais... Águas de Lindóia: ABRAPEC, 2015, p. 1 - 7. Disponível em: <http://www.abrapecnet.org.br/enpec/x-enpec/anais2015/resumos/R2068-1.PDF>. Acesso em: 29 set. 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Recebido em 20 de agosto de 2025.

Aprovado em 15 de dezembro de 2025.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e267616, 2026. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267616>